



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
DIRETORIA DE COMPRAS

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23070.013119/2021-57

**PROCESSO: 23070.013119/2021-57**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 23/2021**  
**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP**

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos agrícolas e de manutenção, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e respectivo edital.

1.2. Na tabela abaixo seguem a descrição, a quantidade, a unidade de medida, para cada item desta licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	COMPRESSOR, AR COMPRIMIDO, COM NO MÍNIMO 3 CILINDROS E UM ESTÁGIO, TRIFÁSICO E TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 220V, DESLOCAMENTO TEÓRICO MÍNIMO DE 15PCM, PRESSÃO DE OPERAÇÃO MÁXIMA: 175 PSI (12 BAR), REGIME DE TRABALHO INTERMITENTE, RUÍDO MÁXIMO DE 84 DB(A), TEMPO DE CARGA DO RESERVATÓRIO: 426", RESERVATÓRIO COM NO MÍNIMO 200 LITROS DE CAPACIDADE E ACIONADO A MOTOR ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 5 HP, TIPO DE MOTOR: A, VOLUME DE ÓLEO: 1.000 ML	103764	UNIDADE	01
2	CORTADORA, MESA, CORTADORA ALVENARIA COM CAPACIDADE DE CORTE PARA QUALQUER TIPO DE TIJOLO E ALICERCE, CORTES EM MERGULHO OU EM BISEL A 45°, CHASSI MONOBLOCO COM CALHAS DE ROLAMENTO, CORTE A ÚMIDO SECO ÚMIDO, PERNAS DOBRÁVEIS SEMIAUTOMÁTICAS, PROFUNDIDADE DE CORTE MÁXIMO 100MM, COMPRIMENTO MÁXIMO DE CORTE 700MM, FREQUÊNCIA 50HZ, VOLTAGEM 230V, POTÊNCIA 2,2KW, AMPERAGEM 10A, ALTURA 600MM, COMPRIMENTO TOTAL 1120MM, PESO 92KG, DISCO DE CORTE 350MM, GUIA DE CORTE EM ÂNGULO, CHAVE PARA EIXO DO DISCO E BOMBA DE ÁGUA COM DISPOSITIVO DE LIGAÇÃO RÁPIDA	150533	UNIDADE	01
3	ESTAÇÃO, SOLDA ANALÓGICA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, FERRO DE SOLDA, KNOB PARA AJUSTE E CONTROLE DE TEMPERATURA EM °C E °F, LED INDICATIVO DE AQUECIMENTO E RESFRIAMENTO, BOTÃO ON/OFF LATERAL, BASE DE PLÁSTICO RESISTENTE, SUPORTE METÁLICO PARA APOIO DO FERRO DE SOLDA, ESPONJA VEGETAL PARA LIMPEZA DA PONTA, SISTEMA ESD SAFE, FREQUÊNCIA 60HZ, POTÊNCIA NOMINAL 60W, TEMPERATURA AJUSTÁVEL 200OC A 480OC, CONTROLE DE TEMPERATURA, ANALÓGICO, RESISTÊNCIA, CERÂMICA, COMPRIMENTO 90MM, LARGURA 120MM, ALTURA 170MM, PESO APROXIMADO 1,8KG	275455	UNIDADE	01
4	ESTRADO MODULAR, MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COMPRIMENTO 820 MM, LARGURA 410 MM, ALTURA 130 MM, COR MARROM, BRANCO OU PRETO, TIPO PALLET'S, CAPACIDADE DE CARGA DE 1000 KG/M²	349888	UNIDADE	04

5	KIT, ACESSÓRIOS, MINI E MICRO RETÍFICA COM 250 PEÇAS, MICRORETÍFICAS, ACESSÓRIOS PARA FURAR, CORTAR, FRESAS, LIMPAR, POLIR, LIXAR, GRAVAR, MALETA EM PVC, DIMENSÕES DA MALETA COM PRIMENTO 36CM E LARGURA 37CM E ALTURA 6CM, PESO BRUTO 1,1KG, ITENS INCLUSOS PONTA DE FELTRO 3/8'X3/4', DISCO DE TECIDO PARA POLIR 1'X1/8', DISCO PARA PARA ESMIRILHADEIRA 7/8'X5/32', PONTA ROSCADA, REBOLO 1-1/4'X3/8', CHAVE 3/8', PEDRA DE AMOLAR, PASTAS COMPOSTAS PARA DAR BRILHO, HASTES DE BORRACHA 1/2'X1/2' E 1/4 X 1/2', HASTES PARA MADRIL, ESCOVAS DE AÇO, ESCOVAS DE AÇO INOXIDÁVEL, ESCOVAS DE BRONZE, HASTES ADAPTADORAS, DISCOS DE FELTRO PARA POLIR 1/2' E 1/2' E 1'X1/4', DISCOS DE CORTE DE FIBRA DE VÍDRO 1-1/4X1/2', DISCOS CARBONETO, PONTAS DE DIAMANTE, PONTAS MONTADAS VARIADAS, DISCOS DE LIXA 220, DISCOS DE LIXA 160, DISCOS DE LIXA, DISCOS DE CORTE FORTE 15/16'X1/32', DISCOS DE CORTE MÉDIO 15/16'X1/64', TUBOS DE LIXA PARA ACABAMENTO	58645	UNIDADE	01
6	LÁPIS, MOTORIZAÇÃO, TIPO GRAVADOR ELÉTRICO, COMPONENTES PONTA GRAVADORA, MODELOS DE LETRAS E NÚMEROS, ESTRUTURA EMBORRACHADA, VOLTAGEM 220V, DIMENSÕES COMPRIMENTO 160MM X ALTURA 45MM, APLICAÇÃO GRAVAÇÃO EM METAL, PLÁSTICO, VIDRO, CERÂMICA A, MADEIRA E COURO	422707	UNIDADE	01
7	MALETA, DOBRÁVEL, PESO 3,4KG, TAMANHO DA CAIXA COMPRIMENTO 25CM, LARGURA 25CM, ALTURA 12CM, 49 PONTAS DE CHAVES DE FENDA E PHILIPS E TORX DE 25MM LARGURA EM DIVERSOS TAMANHOS E FORMATOS, 14 SOQUETES COM ENCAIXE DE 1/4", 6MM E 7MM E 8MM E 9MM E 10MM E 11MM E 12MM E 13MM E 5/16" E 11/32" E 3/8" E 7/16" E 15/32" E 1/2", 04 SOQUETES COM ENCAIXE DE 3/8" E 14MM, 15MM E 9/16", 5/8", 01 ADAPTADOR PARA SOQUETES 1/4" E 3/8", 24 CHAVES ALLEN DE 0,9MM A 6 MM E DE 0,036" A 3/16", 01 EXTENSÃO ENC. 3/8" 70 MM/3", 01 SOQUETE VELAS EMC. 3/8" 21 MM, 01 PORTA BITS IMANTADO COMPRIMENTO 60MM, 04 CHAVES DE FENDA RELOJOEIRO 40MM, FENDA 1.5MME E 2.0MME PHILLIPS Nº 00 E 000, 01 NÍVEL TIPO TORPEDO 125MM/5", 04 MINIGRAMPOS MULTI-USO, 01 ENCAIXE 3/8" DISCO PLÁSTICO, 04 CHAVES FIXAS 6X7MM E 8X9MM E 10X11MM, 12X 13MM; 01 CHAVE AJUSTAVEL 8", 01 CATRACA ENC. 3/8", 01 CABO ARTICULADO, 01 ALICATE BICO MAI CANA 06", 01 ALICATE CORTE DIAGONAL 06", 01 ESTILETE, 01 CAIXA SORTIMENTOS, PREGOS, ALFINETES, ETC	299596	UNIDADE	01
8	MOTOPODA, PROFISSIONAL, SERVIÇOS DE JARDINAGEM E FLORESTAL, MOTOR A GASOLINA 2T, 25,4CM POR CILINDRADA, POTÊNCIA DE 0,95KW OU 1.3CV, ROTAÇÃO LENTA 2.800RPM E ALTA DE 10.500RPM, BOMBA DE COMBUSTÍVEL MANUAL PARA A FASE DE ARRANQUE. CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 0,44L, SABRE DE 30CM, COM CORRENTE 3/8' PICCO, MICRO MINI COMFORT 3 OU SIMILAR DE MESMO DESEMPENHO E ACABAMENTO DE CORTE, PESO SEM FERRAMENTAS DE 7.3KG EQUIPADO COM HASTE TELESCÓPICA EXTENSÍVEL DE 3,9M	150624	UNIDADE	01
9	PARAFUSADEIRA, FURADEIRA, IMPACTO, 1/2 POLEGADA A BATERIA, VOLTAGEM NOMINAL 18V, MANDRIL 1/2"" 13MM, VELOCIDADE DUAS VARIÁVEL/REVERSÍVEL, ROTAÇÃO POR MINUTO 0 A 450/1500, PESO 1.5 KG, CARREGADOR, BIVOLT 110/220 VOLTS, ACOMPANHA 02, BATERIAS 1,3AH, MALETA	335346	UNIDADE	01
10	PULVERIZADOR, AGRÍCOLA, HIDRÁULICO, CAPACIDADE DO TANQUE 600L, BARRAS HIDRÁULICAS 12 M, PORTA BICO ANTI-GOTEJO COM BICOS DE CERÂMICA JA-02, BOMBA 75LTS/MIN, COMANDO VAR-02 VIAS, FILTRO PRINCIPAL, FILTRO DE LINHA, AGITADOR HIDRÁULICO, RESERVATÓRIO ÁGUA LIMPA, LAVA FRASCO	63215	UNIDADE	01
11	ROÇADEIRA, LATERAL, PROFISSIONAL, COM IMPLEMENTO DE CORTE PARA FIO DE NYLON SUPERCUT, TRIMCUT OU AUTOCUT, MOTOR A GASOLINA 2 TEMPOS, 35,2 CM POR CILINDRADA, 1,7 KW DE POTÊNCIA OU .3CV, ROTAÇÃO EM MARCHA LENTA DE 2.800RPM E MÁXIMA DE 12.500RPM,	151031	UNIDADE	01

PESO SEM CONJUNTO DE CORTE DE 7,7KG, ALÇA COM 5 PONTOS DE REGULAGEM, CINTURÃO DUPLO COM 3 PONTOS DE APOIO, SISTEMA ANTI-VIBRATÓRIO, PROTETOR PARA O CONJUNTO DE CORTE, CABO MULTIFUNCIONAL COM PUNHO ANTIDESLIZANTE, SISTEMA ANTI-VIBRATÓRIO, TANQUE LOCALIZADO ABAIXO DO MOTOR PARA EVITAR VAZAMENTO E RISCO DE CHAMA			
--	--	--	--

1.2.1. Não há órgãos participantes desta Licitação.

1.2.2. Os requisitos da contratação são os que constam dos Estudos Técnicos Preliminares, documentos SEI nº 2037613, 2041822,2043187, 2070027, 2072258, 2073373, apêndices deste Termo de Referência e ainda outros que constarem do Edital desta licitação arrolados como documentação a ser enviada juntamente com a proposta de preços ou como documentação de habilitação.

1.2.3. Caso ocorra alguma divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), conforme consta da Ata de Registro de Preços.

## 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnico Preliminares, documentos SEI nº 2037613, 2041822,2043187, 2070027, 2072258, 2073373, apêndices deste Termo de Referência.

2.2. Esta licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica, será processada pelo sistema de registro de preços. O registro de preços visa atender à dificuldade de prever, com exatidão, as quantidades que serão consumidas ao longo de 12 (doze) meses. Ainda corrobora para a realização das aquisições através dos preços registrados a permissão legal constante dos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou Material, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. grifos nossos.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e encontra-se materializada no documentos SEI nº 2037613, 2041822,2043187, 2070027, 2072258, 2073373, apêndices deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto a ser adquirido foi definido como bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega para o item 10 é de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, no seguinte endereço: **DIRETORIA DE LOGÍSTICA – DLOG/UFG (antigo DMP/UFG)**, localizado na Av. Esperança (Alameda Flamboyant), Campus II – Samambaia, Goiânia – Goiás, CEP 74690-900.

5.2. O prazo de entrega para os demais itens é de no máximo 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, em remessa (única ou parcelada), sendo que as entregas deverão ser realizadas nos endereços abaixo:

5.2.1. Os itens 01, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 11, no seguinte endereço: **DIRETORIA DE LOGÍSTICA – DLOG/UFG (antigo DMP/UFG)**, localizado na Av. Esperança (Alameda Flamboyant), Campus II – Samambaia, Goiânia – Goiás, CEP 74690-900.

5.2.2. os itens 02, e 06 serão entregues na **Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Goiás - FCT/UFG**, Endereço: Rua Mucuri S/N - Setor Conde dos Arcos - Campus Aparecida de Goiânia, CEP:74.968-755, Aparecida de Goiânia - Goiás - Brasil. A entrega poderá ser agendada com os servidores Diorgenes dos Santos, e-mail: diorgenes.santos@ufg.br e com Cleusmar Correia Laureano, e-mail: cleusmar.correia@ufg.br. O recebimento das mercadorias pode ocorrer na segunda, quarta e sexta de 08h00min às 12h00min.

5.3. **O prazo de entrega a critério da área competente da UFG e mediante solicitação com justificativa escrita do fornecedor poderá ser dilatado.**

5.4. **As entregas deverão ocorrer obrigatoriamente de segunda sexta-feira, em horário comercial, das 08:00 às 17:00 horas.**

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até (15) dias, pelo(a) servidor ou Equipe de servidores, conforme o caso, responsável (veis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07(sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.10. Durante a validade da contratação a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade dos produtos ofertados, sob pena de lhe ser aplicadas as sanções previstas no edital.

5.10.1. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal de Venda não for aceita pela Contratante devido a alguma divergência/irregularidade(s) em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação.

5.10.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.10.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e em perfeitas condições de uso, de forma a permitir completa segurança por parte da Contratante, sob pena do não recebimento definitivo dos mesmos.

**Dados para emissão da Nota Fiscal de Venda**

Nome: ..... UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Endereço: ..... Campus II – Samambaia, Goiânia – GO

CEP: ..... 74691-300

CNPJ: ..... 01.567.601/0001-43

Inscrição Estadual: Isento Fone: ..... (62) 3521 1020

5.10.4. Para agilizar o processo de pagamento, devem ser informados na Nota Fiscal de Venda os dados bancários da Contratada (se possível).

5.10.5. Após emissão da nota de empenho e/ou celebração do contrato o prazo de entrega poderá ser dilatado a critério da autoridade competente da Universidade e mediante pedido escrito e fundamentado do fornecedor.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2.1. Rejeitar os produtos em que as características, qualidade não satisfaçam às exigências contratadas, que sejam impróprias ou diferentes/inferiores daquelas exigidas neste instrumento e respectivo edital, obrigando a adjudicatária a substituir ou se adequar, sem ônus para a UFG e no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, edital e anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. **O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**

7.1.1.2. **Encaminhar quando da entrega do item 10, juntamente com o bem, o certificado de garantia (ou documento similar) com vigência de no mínimo 06 meses a contar do recebimento definitivo;**

7.1.1.3. **Encaminhar quando da entrega dos itens 08 e 11 certificado de garantia (ou documento similar), com vigência de no mínimo 03 (três) meses a contar do recebimento definitivo.**

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. Os pagamentos serão realizados somente via ordem bancária e, de acordo com a tramitação formal, não sendo reconhecidos quaisquer outros tipos de documentos de cobrança, tais como duplicatas, boletos e/ou outros tipos de títulos. A responsabilidade pela baixa de qualquer cobrança apontada em cartórios de títulos e protestos ou equivalentes, será de total responsabilidade da Contratada.

11.14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100)/365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%.

--	--	--	--

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

## 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de registro de preços.

## 14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. Em simetria com o que consta dos Estudos Técnicos Preliminares o prazo de garantia dos itens 01, 02, 09 já somados a garantia legal e a contratual será de, no mínimo, 01 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. O prazo de garantia dos itens 10 já somados a garantia legal e a contratual será de, no mínimo, 06 (seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme consta nos Estudos Técnicos Preliminares.

14.3. O prazo de garantia dos itens 03 a 08, 11 já somados a garantia legal e a contratual será de, no mínimo, 03 (três) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, em simetria com o que consta nos Estudos Técnicos Preliminares.

14.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14.5. **O prazo de garantia deverá constar nas propostas de preços dos fornecedores para os itens desta licitação, observando-se os prazos mínimos de garantia conforme subitens 14.1 a 14.5.**

14.6. A garantia será prestada com vistas a manter os bens e equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.10. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.12. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 15.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor da contratação /empenho), até o limite de 30 (trinta) dias corridos.
- 15.2.3. **Multa compensatória variando de 10% (dez por cento) até 30% (dez por cento) sobre o valor total da contratação (empenho), no caso de inexecução total do objeto da contratação (valor empenhado);**
- 15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, **considerando a faixa percentual** do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. **Impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.
- 15.2.7. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1. Por se tratar de licitação processada pelo sistema de registro de preços, tendo em vista as prerrogativas constantes no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013, a dotação orçamentária será juntada aos autos previamente a emissão de empenho relativa a cada compra que ocorrer, durante a vigência da ata de registro de preços

**APÊNDICE I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Os Estudos Técnicos Preliminares (**Documentos SEI nº 2037613, 2041822, 2043187, 2070027, 2072258, 2073373**) , serão publicados compactados como um dos anexos do edital da licitação, quando da divulgação desta licitação, no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Goiânia, 28 de maio de 2021.

LEANDRO RODRIGUES FREIRE  
Tecnólogo em Gestão Pública  
Coordenação de Licitações - CL/DCOM/UFG



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Rodrigues Freire, Tecnólogo em Gestão Pública**, em 28/05/2021, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2098943** e o código CRC **18DDBDA3**.